

A ampliação de interesses empresariais pela política externa brasileira: um estudo sobre a Petrobras no Iraque durante a ditadura civil-militar¹

Julio Cesar Pereira de Carvalho²

Resumo

Este estudo tem como objetivo averiguar a mobilização do empresariado em torno da delimitação das políticas estatais durante a ditadura civil-militar brasileira, dando enfoque ao processo de internacionalização da Petrobras no Iraque. Amparado em categorias gramscianas como hegemonia e Estado ampliado, visa-se corroborar a hipótese de que a atuação da Petrobras naquele país esteve vinculada e favoreceu determinados segmentos da classe dominante brasileira. Para isso, abordar-se-á a conformação empresarial na ditadura, com enfoque na indústria de base, nas frações relacionadas ao setor automobilístico e à construção pesada. Por fim, serão elencados alguns elementos que explanam o favorecimento destes dois últimos segmentos no processo de internacionalização da Petrobras no país de Saddam Hussein.

Palavras-chave: Petrobras. Ditadura civil-militar brasileira. Empresariado. Indústria automobilística. Indústria de construção pesada.

Abstract

The purpose of this study is to investigate the mobilization of the business community around the delineation of state policies during the Brazilian civil-military dictatorship, focusing on the process of internationalization of Petrobras in Iraq. Supported in Gramscian categories such as hegemony and integral state, it aims to corroborate the hypothesis that Petrobras' performance in that country was linked and favored certain segments of the Brazilian ruling class. For this, the business conformation will be approached in the dictatorship, focusing on the capital goods sector, the fractions related to the automotive sector and heavy construction. Finally, some elements that explain the favoring of these last two segments in the process of internationalization of Petrobras in the country of Saddam Hussein will be listed.

Keywords: Petrobras. Brazilian civil-military dictatorship. Automotive industry. Business community. Heavy construction industry.

Classificação JEL: F50; E61.

¹ Submetido em 29/10/2018. Aprovado em 20/12/2018.

²Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e mestrando em Ciências Sociais pela mesma instituição. Agradeço aos valiosos comentários e orientações de Pedro Henrique Pedreira Campos.

1. Introdução

Em 2010, o montante de investimentos brasileiros diretos no exterior foi de US\$ 189,2 bilhões, frente a US\$ 49,7 bilhões em 2001, ou seja, o volume triplicou em menos de dez anos. Essa profícua atuação no exterior por empresas sediadas no Brasil está diretamente atrelada às políticas estatais de incentivo a tais corporações, seja através de linhas de crédito, seja por entre a cooperação e aproximação diplomática do país através de acordos e políticas de integração regional (GARCIA, 2012).

No que concerne às linhas de crédito propiciadas pelo Estado, em 2010 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desembolsou R\$ 168,4 bilhões, dos quais 70% (R\$ 118,1 bilhões) foram destinados a empresas de grande porte. Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), ainda que o aumento das linhas estatais de crédito tenha espreado para empresas de todos os portes, houve uma concentração dos desembolsos em empresas já consolidadas, atuantes, direta ou indiretamente, nos segmentos de petróleo ou mineração, como a Gerdau, CSN, Vale, Odebrecht, Camargo Corrêa, Petrobras, dentre outras (OLIVEIRA, 2016).

Esse vínculo estrito entre frações do empresariado e o Estado está longe de ser ineditismo dos governos recentes. O período da ditadura civil-militar brasileira foi um grande negócio para segmentos da burguesia, embrenhados desde antes de abril de 1964 às entidades que formularam e auxiliaram a construção daquele regime. René Armand Dreifuss (1981) destacou a articulação das empresas financeiro-industriais multinacionais e associadas em torno da coalizão do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)/Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que não apenas atuaram para a desestabilização de João Goulart, mas também instituíram algumas das diretrizes do governo ditatorial, uma vez que o quadro ministerial e outras instituições subordinadas ao Estado eram influenciados por tais institutos.

A mobilização empresarial em torno do golpe de 1964 realça o caráter civil do regime então instituído, não sendo prudente cunhá-lo tão somente de “militar”. A parcela do empresariado que, nos termos de Dreifuss (1981), “conquistou o Estado” em 1964, caracterizada majoritariamente pelo capital multinacional e associado, não manteve a primazia de seus intentos durante todo o regime. De forma distinta, o empresariado esteve em constante atrito em busca da prevalência de suas respectivas frações, divergindo em torno de questões fundamentais e diversas e em busca da validação de seus interesses no Estado.

O principal objeto deste artigo são as frações empresariais atuantes no Brasil durante a ditadura civil-militar. Objetiva-se verificar a mobilização e organização dessas classes durante o período escrutinado, de modo a fornecer subsídios que auxiliem na compreensão da atuação de tais corporações junto ao processo de internacionalização de uma instituição específica do Estado restrito: a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). O estudo abordará, mais especificamente, a atuação da estatal no Iraque a partir dos anos de 1970, uma vez que tal cooperação movimentou gama considerável de produtos e serviços entre os dois países.

O recorte temporal enfatiza o período de 1964 a 1979 por essa ser a fase que consideramos crucial para a internacionalização da Petrobras e que demarca a expansão acentuada de determinadas frações da burguesia, algo que foi mitigado na década de 1980. No entanto, esse recorte não é “rígido”, pois consideramos plausível elencar alguns fatores que antecedem e sucedem tal demarcação temporal, ainda que os principais elementos que conformam nossos objetivos e corroboram nossa hipótese estejam situados naquela ocasião.

O embasamento teórico deste estudo está amparado nas categorias do pensador italiano Antonio Gramsci. A partir de seus pressupostos, ao analisar-se a conformação das políticas governamentais se faz necessário verificar quais os atores sociais que estão envolvidos em sua definição, de forma a considerar a heterogeneidade, hierarquia e privilégios que determinados segmentos sociais possuem nas escolhas e demarcações das políticas estatais. Dessa forma, o presente trabalho se ampara na categoria gramsciana de Estado ampliado, na qual este não se constitui enquanto uma entidade autônoma e monolítica, mas sim como um

espaço que reproduz a disputa de interesses da sociedade civil, sendo que determinados segmentos têm mais acesso e garantias que outros (GRAMSCI, 2000; FONTES, 2010; CAMPOS, 2014; MENDONÇA, 2014; REGINATTO, 2015).

Por essa linha de pensamento, a *hegemonia* de determinado partido ou classe social é consolidada pela prevalência do consentimento sobre a força. Como realça Antonio Gramsci:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria (...) (GRAMSCI, 2000, p. 93).

Amparada nas concepções do pensador italiano, Sonia Regina de Mendonça (2014) propõe a categoria de Estado ampliado não apenas como embasamento teórico, mas também como ferramenta metodológica. A dissociabilidade entre sociedade política (ou Estado restrito) e sociedade civil, deste modo, só pode ser efetuada em termos estritamente metodológicos, uma vez que os atores que atuam nessas duas arenas estão embrenhados organicamente na conformação concreta das relações sociais (MENDONÇA, 2014).

Como em termos metodológicos a luta de classes acontece na sociedade civil, Mendonça adefere preeminência a esta esfera, priorizando a análise do empresariado e suas formas organizativas – sendo estas cunhadas de *aparelhos privados de hegemonia* - para a compreensão da conformação das políticas estatais (MENDONÇA, 2014). Entidades associativas da burguesia como a Associação Brasileira da Indústria de Base - abordada na primeira seção deste artigo - juntamente a seus respectivos intelectuais orgânicos, dessa forma, exercem papel elementar na organização dos interesses do empresariado, de modo a construir consensos e firmar seus interesses no Estado restrito na tentativa de garantir sua hegemonia (MENDONÇA, 2014).

Nos últimos anos, pode-se notar uma considerável expansão de estudos empresariais fundamentados no pensamento de Antonio Gramsci. Categorias elementares como *intelectual orgânico*, *bloco histórico*, *sociedade civil* e *hegemonia* são constantemente apreendidas em tais análises.

Em relação aos estudos sobre as classes dominantes amparados nas categorias do pensador italiano e que focam ou tangenciam a ditadura civil-militar no Brasil, é possível notar diferentes pesquisas que se concentram em distintas frações da classe dominante. Dentre esses estudos, pode-se destacar o já mencionado livro de René Armand Dreifuss (1981), que aborda a conformação e atrelamento do capital multinacional no processo de deflagração do golpe de 1964, em torno do complexo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)/Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD); o estudo de Maurício Margalho (2012), que discorre acerca da trajetória e atuação do grupo Klabin-Lafer; a pesquisa de Ana Carolina Reginatto (2014), que trata da atuação dos grandes grupos de mineração no período; o livro de Pedro Henrique Campos (2014), que aborda a trajetória, atuação e mobilização das grandes empreiteiras brasileiras em sua relação com o Estado; e, por fim, a tese de Álvaro Bianchi (2004), que enfoca a atuação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo CIESP no contexto de crise da ditadura e participação dessas entidades empresariais na conformação do projeto neoliberal brasileiro.

Entretanto, nota-se certa escassez de estudos que tratem de maneira mais detalhada a atuação empresarial em torno da configuração da Petrobras na ditadura civil-militar e, mais especificamente, seu processo de internacionalização. Esse déficit está longe de ser responsabilidade de tais autores, mas sim da complexidade e amplitude do tema.

Em relação aos estudos concernentes à atuação externa da Petrobras, pode-se mencionar a pesquisa de Armando Dalla Costa e Huascár Pesalli, de cunho mais descritivo (COSTA & PESALLI, 2009) e de João Viégas (2009), que não leva tanto em consideração o fortalecimento interno das empreiteiras – mais especificamente, da Mendes Júnior – por conta

das políticas estatais à época. Percebe-se, então, certa carência de pesquisas que desempenhem um estudo mais profundo acerca das entidades da sociedade civil em torno do processo de internacionalização da estatal.

Assim, este artigo pretende corroborar a hipótese de que a atuação da Petrobras no Iraque esteve vinculada e favoreceu determinados segmentos da classe dominante brasileira. Esse atrelamento, no entanto, é mais bem compreendido ao analisar-se a trajetória geral das principais empresas envolvidas e beneficiadas nessa fase de internacionalização da Petrobras, com ênfase na indústria de automóveis Volkswagen e na empreiteira Mendes Jr.

Para isso, analisar-se-á, na primeira seção, fatores que conformaram a hegemonia da indústria de base durante os governos de Ernesto Geisel (1974-1979), de modo a abordar a atuação da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB) para a consolidação dos intentos de sua fração no âmbito das políticas estatais. Em seguida, será enfatizado alguns quesitos que motivaram a aproximação brasileira com o Iraque e a trajetória de dois segmentos deveras beneficiados nesta cooperação: o setor automobilístico e a indústria de construção pesada, de modo a finalizar, no último item, explicitando com mais afinco os benefícios adquiridos pela Volkswagen e Mendes Jr. na atuação da Petrobras no país de Saddam Hussein.

2. Empresariado, Estado e ação coletiva - a ABDIB e a construção da hegemonia da indústria de base no governo de Ernesto Geisel

A estruturação da economia brasileira no período de 1967-1968 até 1974 foi demarcada por uma reconfiguração na correlação de interesses de determinadas frações empresariais que, em busca da consolidação de seus intentos no Estado restrito, organizavam-se para serem inseridas e definir os projetos governamentais. A primeira fase da ditadura (1964-1967), então, caracterizou-se pela primazia da fração de classe vinculada ao capital estrangeiro, segmento este que participou ativamente no direcionamento e apoio ao golpe de 1964 através da coalizão em torno do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) (DREIFUSS, 1981). Essa parcela do empresariado atuava, sobretudo, na produção de bens de consumo duráveis³ (CAMPOS, 2014).

O Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg) instituiu a contenção generalizada, porém assimétrica, do crédito às empresas que atuavam no Brasil. Por um lado, houve a manutenção e garantia dos investimentos estatais a grandes corporações associadas ao capital estadunidense, que já exerciam forte atuação desde o período do Plano de Metas. Tais entidades continuaram a capitanear o desenvolvimento industrial no início da ditadura. Por outro lado, as empresas de pequeno e médio porte tiveram sua atuação entravada ou reduzida não só por conta da restrição ao crédito, mas também devido a medidas anti-inflacionárias como a reformulação do sistema tributário. A criação de novos tributos como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) intensificava os custos de produção, o que, somado à contenção ao crédito, desencadeou a restrição da atuação e falência de diversas pequenas e médias empresas brasileiras (CAMPOS, 2014).

Nesse ínterim, a intensidade dos privilégios às empresas estrangeiras fez com que corporações que não se propuseram a fazer investidas no Brasil no governo de Juscelino

³ Em relação à conformação política e econômica da ditadura civil-militar, Pedro Campos estabelece quatro divisões, sendo a primeira (1964 a 1967/68) demarcada pela preeminência do capital estrangeiro e associado; a segunda (1967-1974) caracterizada por uma reconfiguração na representação empresarial no Estado restrito, que demarcou a primazia do capital industrial; a terceira (1974-1979), por sua vez, está associada a ascensão do setor de bens de capital e relativo afastamento de frações empresariais paulistas que até então tinham posição privilegiada em relação às políticas públicas; a última fase (1979-1988) demarcou uma crise de hegemonia e um período de recessão, assinalado por intensos confrontos entre frações da burguesia. Para saber mais acerca da atuação empresarial na ditadura civil-militar, mais especificamente sobre o desempenho da indústria de construção pesada, ver CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Eduff, 2014. 444p.

Kubitschek, por não considerarem o ambiente doméstico propício para isso, passassem a se inserir no mercado brasileiro. Foi o caso das empresas norte-americanas do setor automobilístico, como a Ford, General Motors e a Chrysler, que expulsaram ou desnacionalizaram diversas indústrias do ramo (BANDEIRA, 1975). Essa parcela do empresariado esteve vinculada a fases importantes do processo de internacionalização da Petrobras, como será mais bem explicitado à frente, e a desnacionalização das indústrias brasileiras do setor expõe a pujança da inserção empresarial estrangeira que caracterizou a conformação da economia brasileira no período. A tabela a seguir ilustra o avanço da desnacionalização de segmentos da indústria automobilística brasileira.

Tabela 1 - Firms do setor automobilístico desnacionalizadas, conforme a Comissão de Inquérito de 1967:

Firmas	Grupos estrangeiros que assumiram o controle
Metalúrgica Forshed (Forjaria S. Bernardo S.A)	Volkswagen
VaranNotor S.A	Simca-Chrysler
Willys Overland (53%nacional)	Ford
Bongotti S.A.	Willys-Ford
Máquinas S. Francisco S.A	Willys-Ford
Albarus S.A	Spicer
Equiel - Cia. Nacional de Equipamentos Elétricos	Bosch
Wapsa	GrupoSuíço
Terral S.A	Massey-Ferguson
Minuano S.A (R. G. do Sul)	Massey-Ferguson
Satúrnia S.A	Ray-O-Vac
Mazzam S.A	Eutenic
D.L.R. Plásticos do Brasil	Heluma
Fábrica Nacional de Motores	Alfa-Romeo

Fonte: BANDEIRA, Moniz. *Carteis e desnacionalização: a experiência brasileira, 1964-1974*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. p. 99.

A política de acentuado incentivo ao capital estrangeiro no governo Castelo Branco motivou a reorganização do empresariado brasileiro, que se vinculou a atores nacionalistas do regime, como Arthur da Costa e Silva, Mário Andreazza⁴ e Albuquerque Lima⁵. A chegada desse

⁴Mário David Andreazza iniciou a carreira militar em 1938, quando sentou praça no Exército. Em 1945, quando foi promovido a capitão, tornou-se suplente do conselho fiscal do Clube Militar. Em 1961, foi membro adjunto do Conselho de Segurança Nacional (CSN), onde participou dos trabalhos do Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência, futuro Serviço Nacional de Informações (SNI), sob comando do coronel Golbery do Couto e Silva. Em 1965, foi promovido a coronel e, em 1966, fez uma intensa campanha em prol da candidatura de Artur da Costa e Silva. Foi ministro dos Transportes entre 1967 e 1974 e ministro do Interior entre 1979 e 1985. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-davi-andreazza>. Acesso em 13/07/2017.

⁵Afonso Augusto de Albuquerque de Lima assumiu a chefia do estado-maior do I Exército, sediado no Rio de Janeiro, em 1965. O militar participou ativamente da ala radical que planejou uma conspiração para depor Castelo Branco por conta das eleições de 3 de outubro de 1964, que deram vitória aos opositores Francisco Negrão para governo da Guanabara, e Israel Pinheiro para o de Minas, defensor do retorno de JK de seu exílio na França. Em 1967, após ser transferido para o Sul, assumiu o cargo de diretor-geral de Engenharia e Comunicações. Foi ministro do Interior entre 1967 e 1969, e chefe do Dpto. de Materiais Bélicos do Exército entre 1970 e 1971. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-augusto-de-albuquerque-lima>. Acesso em: 15/04/2018.

bloco no poder, sob presidência de Costa e Silva e forte atuação de Delfim Netto⁶ na Fazenda, reorientou os rumos econômicos do país, que utilizou a liquidez internacional para promover crescimentos do PIB que no período alcançaram a casa dos dois dígitos (CAMPOS, 2014). A partir desse momento, foram abertos os caminhos que, posteriormente, alavancaram a indústria de base, que passou a se inserir gradativamente no delineamento das políticas industriais.

Nos anos de 1970, década de criação da Braspetro – subsidiária da Petrobras, fundada para explorar petróleo internacionalmente-, a reconfiguração empresarial se deu de modo a consolidar a proeminência das frações vinculadas ao setor de bens de capital⁷. A própria instituição do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em setembro de 1974, foi efetuada nesse sentido, estabelecendo diretrizes rumo a proteção e fomento das empresas nacionais, de forma a lapidar a hegemonia da indústria de base (BRANDÃO, 2007).

Antes mesmo da chegada de Geisel à presidência, foi possível perceber quais seriam os moldes dos primeiros anos de sua gestão. Evento que explicitou o prenúncio de seu governo foram as declarações de Marcos Vianna - presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) no final do governo Médici e permanente nesta função no governo subsequente -, que ressaltavam a “imprescindibilidade” de o Estado fomentar o setor de bens de capital. Seus argumentos levantavam elementos em defesa desse segmento não apenas para conter a instabilidade da balança de pagamentos em um período de elevação nos preços do petróleo e escassez de divisas, mas iam em direção, também, ao fortalecimento da indústria brasileira e a importância dos estímulos a essa fração empresarial para a garantia da autonomia política e econômica brasileiras⁸ (CRUZ, 1995).

Desse modo, durante a gestão Geisel, pode-se notar a ativa participação do BNDE na conformação de políticas de incentivo às indústrias brasileiras, sobretudo para o segmento de bens de capital. Os recursos do PIS/Pasep foram direcionados para a administração do banco, o que duplicou sua capacidade financeira. Além disso, foi criada uma série de subsidiárias para que a entidade participasse e concedesse investimentos a empresas nacionais, como a Investimentos Brasileiros S.A (Ibrasa), Financiamento de Insumos Básicos S.A. (Fibase), Mecânica Brasileira S.A (Embramec), além do já existente Fundo de Investimento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (Finame) (SILVA, 2003).

Tais políticas de incentivo, no entanto, não podem ser desvinculadas da mobilização empresarial estabelecida em torno da consecução de tais proventos. Ao longo do governo Geisel é possível perceber a atuação ativa e direta de agentes oriundos da indústria de bens de capital no Estado restrito, sendo seu principal aparelho privado de hegemonia a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base⁹ (ABDIB), que esteve no centro decisório das políticas industriais à época (BRANDÃO, 2007; CRUZ, 1995; SILVA, 2003).

⁶Antônio Delfim Netto teve participação intensa em todos os governos militares, com exceção do período Castelo Branco (1964-1967). Foi Ministro da Fazenda entre 1967 e 1974, foi embaixador do Brasil na França entre 1975 e 1978 e, após uma breve passagem no ministério da Agricultura, assumiu o ministério da Secretaria do Planejamento da Presidência (SEPLAN), entre 1979 e 1985. Delfim era fortemente vinculado ao empresariado brasileiro, sobretudo à fração industrial paulista (Campos, 2014). Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-delfim-neto>. Acesso em: 15/04/2018.

⁷Conforme constava no estatuto da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB) à época, são indústrias de bens de capital aquelas que atuam no setor de “energia elétrica; siderurgia e metalurgia; petróleo, petroquímica, química, álcool e alcoolquímica; celulose e papel; cimento e mineração; ferroviária, naval e fabricantes de bens de capital sob encomenda para essas mesmas atividades” (*apud* CRUZ, 1995, p. 19).

⁸Um caso emblemático no qual Marcos Vianna proferiu discursos nessa direção foi a Semana da Tecnologia Industrial, em 1973, no Parque Anhembi, em São Paulo. Na ocasião, além do conteúdo, que ia no sentido de explanar a necessidade do incentivo ao desenvolvimento tecnológico brasileiro, o evento ocorreu em momento de transição, em que Geisel trabalhava com um grupo de apoio para elaborar o delineamento do programa de ação de seu governo, que se iniciaria em 1974 (CRUZ, 1995).

Após a primeira reunião oficial entre a ABDIB e agentes do Estado restrito, realizada em 16 de abril de 1974 entre o presidente e vice-presidente da associação - Cláudio Bardella e Carlos Villares, respectivamente – e os ministros Severo Gomes (Indústria e Comércio) e João Paulo dos Reis Velloso (Secretaria do Planejamento/SEPLAN), o governo instituiu, no mês subsequente, duas medidas que se configuraram como os principais incentivos para a expansão da indústria de base. Uma delas foi a criação da EMBRAMEC, principal subsidiária do BNDE em termos de financiamento do setor de bens de capital, e a outra foi a Exposição de Motivos 06/74, que, dentre outros quesitos, explicitava a importância da atuação do Estado na segmentação do desenvolvimento econômico nacional, além de objetivar atrelar integralmente as atividades da indústria de base aos projetos em curso. Tais eventos se configuraram como as medidas elementares para a conformação da hegemonia de tal fração empresarial, que teria seu primado no II PND, em setembro do mesmo ano (BRANDÃO, 2007).

A proeminência da indústria de bens de capital no período pode ser realçada, também, ao analisar-se a composição dos Conselhos diretivos das subsidiárias do BNDE, como indica a tabela 2. O quadro das três principais subsidiárias em termos de financiamento público no período – Embramec, Ibrasa e Fibase - era composto majoritariamente por agentes oriundos das indústrias de base nacionais ou de empresas/instituições do Estado. Dessa forma, pode-se perceber que tais atores estabeleceram a direção moral em relação às disputas intraclasse que perpassaram a arena do Estado, de modo a forjar consensos em torno de seus interesses particulares, universalizando e disseminando seus valores no Estado restrito (BRANDÃO, 2007).

Tabela 2 - Composição dos Conselhos Diretores das subsidiárias do BNDE de maio a junho de 1974:

Embramec	
Membros	Estatal/privada nacional
Paulo Villares (Indústrias Villares)	Privada nacional
Cláudio Bardella (Bardella Indústrias Mecânicas)	Privada nacional
Giordano Romi (Indústrias Romi)	Privada nacional
Luís Eulálio Bueno Vidigal (Cobrasma)	Privada nacional
Benedito Fonseca Moreira (Cacex)	Estatal
Haroldo Ramos da Silva (Petrobrás)	Estatal
Luís Verano (Codesid)	Sem informação
Mauro Moreira (Eletrobrás)	Estatal
Ibrasa	
José Mindlin (Metal Leve)	Privada nacional
Paulo Vellinho (Springer-Admiral)	Privada nacional

⁹Por abranger muitos segmentos do empresariado em sua definição, a indústria de bens de capital é abarcada por diversas entidades de organização e representação de classe, nas quais pode-se destacar a Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (ABIMAQ) ou, ainda, o Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo (SIMESP). Entretanto, nos atemos com maior atenção à ABDIB pelo fato dessa entidade ter sido eleita, pelos próprios empresários da época, como a mais representativa do setor, e também devido sua ativa atuação na definição dos rumos das políticas industriais do governo Geisel (BRANDÃO, 2007).

Júlio Rafael de Aragão Buziano (Grupo Bozano Simonsen)	Privada nacional
Edson Queirós (Grupo Edson Queirós, do Ceará)	Privada nacional
Olavo Egydio Setúbal (Banco Itaú América)	Privada nacional
Roberto Teixeira da Costa (Banco de Investimentos do Brasil)	Sem informação
Casimiro Antonio Ribeiro (Associação Nacional dos Bancos de Investimentos)	Sem informação
Fernando Carvalho (presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro)	Privada nacional
Marco Túlio Felício da Silva (Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais)	Estatual
Fibase	
Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Ermírio de Moraes)	Privada nacional
ax Feffer (Cia. Suzano de Papel e Celulose)	Privada nacional
José Maria Oliva (Cimento Itaú)	Privada nacional
José Agostinho Drumond Gonçalves (Associação Nacional de Desenvolvimento de Adubos)	Sem informação
Leopoldo Miguez (Petrobrás)	Estatual
Paulo Vieira Bellotti (secretário-geral do MIC)	Estatual
Arnaldo Rodrigues Barbalho (secretário-geral do Ministério das Minas e Energia)	Estatual

Fonte: BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Abdib e a política industrial do governo Geisel (1974-1979)*. Texto de discussão apresentado ao Polis. Niterói: UFF, 2007. Elaboração própria.

A relação entre essa fração de classe do empresariado industrial e o governo, no entanto, começou a se desestabilizar a partir de 1976, intensificando-se até desembocar na elaboração do “Manifesto dos Oito”, assinado por empresários da indústria de base e que demarcou o rompimento da aliança entre a ABDIB e a gestão Geisel. Esse documento não só criticava as medidas governamentais, como a insubordinação das estatais às políticas industriais ou a inserção do capital estrangeiro no país, mas também desaprovava o próprio regime político vigente, defendendo a democracia e o sistema de livre iniciativa (BRANDÃO, 2007).

Entretanto, apesar do período ter sido demarcado pela hegemonia do setor de bens de capital, é pertinente ressaltar que isso não significou o ocaso da atuação do segmento hegemônico de outrora. Assim como não houve a estagnação da indústria de base durante a primeira fase da ditadura (1964-67), a parcela empresarial atrelada à indústria de bens de consumo durável - sendo esta, em grande parte, estrangeira - permaneceu exercendo um importante papel na economia brasileira durante os anos de 1970¹⁰ e 1980. Exemplo notável disso foi a trajetória do setor automobilístico, que se mostrou deveras profícuo em relação à prevalência de seus interesses e a relativa garantia destes no Estado restrito.

Desse modo, o próximo tópico deste estudo efetuará uma contextualização acerca da aproximação entre Brasil e Iraque na ditadura para, em seguida, realçar algumas características

¹⁰O complexo automobilístico no começo da década de 1970 representava 10% do PIB brasileiro, fator que ressalta a força do setor no período (SILVA, 2014).

acerca da configuração e relação entre o complexo automotivo, a Mendes Jr. e o Estado restrito durante as décadas de 1970 e 1980. A seção final se concentrará na vinculação de tais segmentos empresariais no processo de internacionalização da Petrobras.

3. Estreitando laços: a situação da Mendes Jr. e do complexo automobilístico no contexto de aproximação entre Brasil e Iraque

A recuperação econômica dos Estados Unidos no período pós-Segunda Guerra implicou no fato inédito de tal país não mais conseguir sustentar sua necessidade petrolífera através de sua produção nacional. Como solução a esse entrave, as empresas e o Estado norte-americanos buscaram consolidar seus interesses energéticos pelo mundo, de modo a sobrepor a atuação dos pequenos produtores locais. Investidas semelhantes foram encetadas pelo Japão e países da Europa Ocidental (POÇAS, 2013).

Como destaca Igor Fuser (2013), o desenvolvimento das fontes energéticas não pode ser desvinculado da evolução do capitalismo. Desse modo, pode-se perceber que a expansão dos países centrais acima referida ocorreu em um período demarcado pela conformação do sistema Bretton Woods, momento caracterizado, em linhas gerais, pelo aprofundamento e ampliação da produção em larga escala, concomitante à intensificação da intervenção estatal nas economias locais (VOIGT, 2010). Nesse bojo, a fase de bonança econômica que perdurou aproximadamente 30 anos após a II Guerra Mundial permitiu maiores fluxos de capitais para países periféricos (CONTI, 2015), o que, em um primeiro momento, possibilitou o financiamento do “milagre econômico” brasileiro e o desenvolvimento de outros países latino americanos, e, posteriormente, foi uma das causas fundamentais para a eclosão de suas crises, dado o endividamento oriundo dos créditos internacionais.

Nesse contexto, entre 1949 e 1972, o consumo mundial de energia triplicou, e o de petróleo quintuplicou, substituindo, na Europa, o carvão como principal matriz energética (POÇAS, 2013). Já no cenário brasileiro, nos primeiros anos da década de 1970, o país efetuava o desenvolvimento de seu capitalismo a taxas elevadas de crescimento, o que acarretou a intensificação da evolução industrial do país e conseqüente elevação de sua demanda por petróleo.

Tabela 3 - Produção, Consumo e Dependência Externa de Petróleo em 1000t e Dependência Externa em Números Relativos:

ANO	Consumo Anual	Produção Anual	Dependência Externa	Dependência Externa (%)
1968	21.211	7.863	13.348	62,92
1969	23.005	8.422	14.583	63,39
1970	24.475	8.010	16.465	67,27
1971	27.322	8.315	19.007	69,56
1972	30.503	8.162	22.341	73,24
1973	36.757	8.304	28.453	77,40
1974	39.684	8.650	31.034	78,20

Fonte: VOIGT, Márcio Roberto. *O impacto dos choques petrolíferos na diplomacia brasileira (1969-1985)*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. p. 81 (Tese de doutorado em Ciência Política UFRGS).

Como é possível perceber com base nos dados da tabela 3, de 1968 até 1974 houve um aumento de 15,28% na importação do óleo, totalizando 78,2% de dependência estrangeira do insumo no último ano apontado na tabela, ano este que fez do Brasil o maior importador de petróleo entre os países em desenvolvimento e o sétimo em escala global. A ausência de investidas brasileiras para prospecção de novas reservas não se dava tanto pela falta de conhecimento técnico ou acesso a equipamentos necessários para tal empreitada, mas, sobretudo, devido aos baixos preços internacionais do produto, que no período anterior à

deflagração do primeiro choque, entre 1968 e 1973, custava cerca de US\$ 3 o barril (SANTANA, 2008; VOIGT, 2010).

A sustentação do molde econômico do Brasil se tornou mais difícil com os primeiros sinais do choque do petróleo de 1973 e a gradual necessidade de melhorar os resultados na balança de pagamentos. No início dessa década, percebendo as alterações nos preços e os primeiros sinais da crise energética mundial, o general Ernesto Geisel, então presidente da Petrobras, encabeçou uma reformulação na configuração institucional da estatal, que acarretou em consideráveis alterações em âmbito doméstico e, também, encetou sua ação externa.

Com o objetivo de ampliar o escopo de atuação da Petrobras em âmbito internacional, foi criada em 1972 sua terceira subsidiária¹¹, a Braspetro. Alguns dos principais argumentos do governo para tal, como destacou o próprio general Ernesto Geisel, foi “adquirir maior experiência, alcançar projeção internacional, melhorar as condições de nosso abastecimento em óleo e, sempre que possível, auferir lucros financeiros” (OESP, 1972, p. 3). Tal empreitada foi estabelecida, principalmente, para suprir a carência brasileira pelo insumo, mas também sob a justificativa de necessidade de conhecer as modalidades de contratos de *joint ventures*¹² - como os estabelecidos por diversos países nesse ramo de atuação (VOIGT, 2010).

A escassez petrolífera brasileira induziu a aproximação do país com o Oriente Médio. As nacionalizações das petrolíferas dessa região desencadearam o boicote das potências ocidentais, sobretudo por parte da Inglaterra e dos Estados Unidos. É nesse contexto que se intensificaram as relações entre o Brasil e Iraque.

Gozando de esplêndido potencial petrolífero e com um dos custos de extração mais baixos do mundo, o Iraque, com o choque petrolífero, teve suas receitas anuais com exportação do óleo amplificadas de US\$ 1,8 bilhão para US\$ 23,6 bilhões, entre 1970 e 1978. A retaliação dos países centrais contra Bagdá, então, tornou o ambiente propício para a intensificação das exportações iraquianas para a periferia, o que, junto à articulação do embaixador Paulo Tarso Flecha e Lima, acarretou em uma consistente relação comercial entre os dois países a partir de meados dos anos de 1970 (ATTUCH, 2003).

A Interbrás¹³ foi criada para trocar produtos brasileiros por petróleo, a aproximação com Bagdá, então, além de ter abastecido grande parte da necessidade brasileira pelo insumo, serviu para preencher o mercado iraquiano, sedento por importar produtos primários e bens de consumo duráveis. Nessa relação, notam-se dois atores privados brasileiros que foram privilegiados e fortaleceram o lastro dessa parceria, quais sejam, a Volkswagen – que, com a exportação de seus produtos, favoreceu outras entidades do complexo automobilístico, como a Pirelli e a Mercedes-Benz - e a empreiteira Mendes Jr. (ATTUCH, 2003; SILVA, 2014).

No que concerne ao complexo automobilístico, conforme enfocado anteriormente, os primeiros anos da ditadura foram demarcados pela proeminência do capital estrangeiro, o que implicou na concentração da produção de automóveis em empresas oriundas dos países centrais. Apenas a título de exemplo, a Fábrica Nacional de Motores (FNM), estatal criada para fornecer motores para aviões na Segunda Guerra Mundial, tornou-se uma grande produtora de caminhões pesados a partir de 1945. A empresa adentrou os anos 60 com 90% dos seus componentes nacionalizados, um grande complexo industrial em Xerém (RJ) e fornecendo, inclusive, peças de reposição para outras empresas, como a General Motors e a Willys (ALMEIDA, 2014).

¹¹A primeira subsidiária da Petrobras, criada em 1967, foi a Petroquisa S.A, atuando no ramo de pesquisa em questões atinentes à energia, e a segunda, criada em 1971, foi a BR Distribuidora, atuando na distribuição e comercialização de produtos petrolíferos e derivados (DIAS, QUAGLINO, 1993).

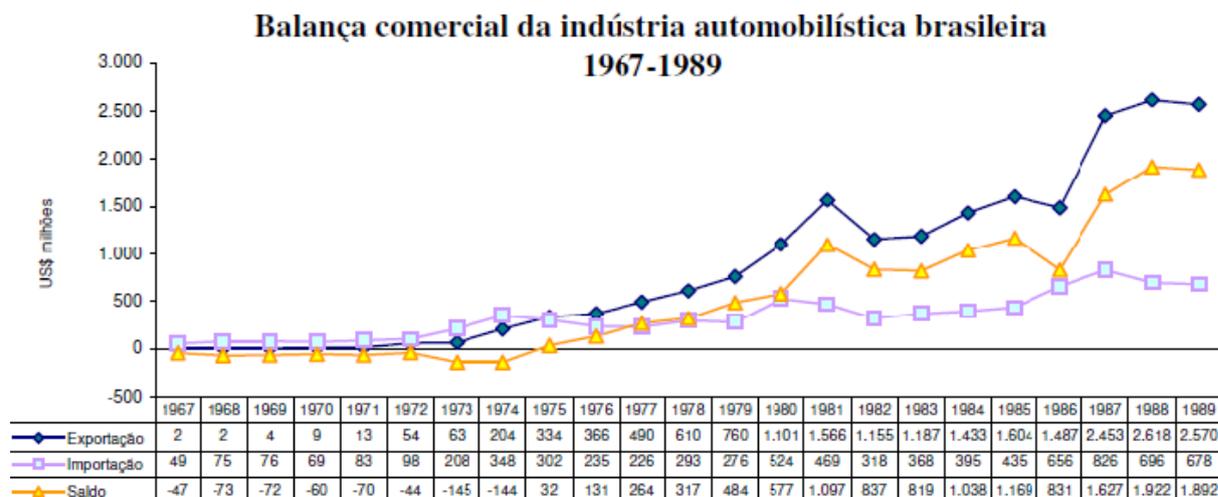
¹²*Joint venture* é uma expressão de origem inglesa, que significa a união de duas ou mais empresas já existentes com o objetivo de iniciar ou realizar uma atividade econômica comum. Esse tipo de associação caracterizou grande parte da atuação internacional da Petrobras.

¹³A Interbras S.A. foi criada em 1976 com o objetivo de estimular as exportações de produtos brasileiros. O foco desse fomento se concentrava, de forma geral, em produtos agrícolas e bens de consumo durável, como automóveis, caminhões e eletrodomésticos (SILVA, 2014).

A deflagração do golpe de 1964 e a implementação do Paeg alocou esse ramo de produção para a alçada das multinacionais, encetando as desnacionalizações, como verificamos na tabela 1. Em relação à FNM, um de seus principais produtos, o caminhão D-11000, liderava as vendas na categoria de veículos pesados. Em meados dos anos de 1960, o governo alterou a categoria do veículo, caracterizando-o como veículo leve, o que aumentou exponencialmente o número de multas nas balanças por excesso de carga, afetando seu mercado e favorecendo sua principal concorrente, a Mercedes-Benz. Curiosamente, Roberto Campos, um dos formuladores do Paeg e entusiasta da venda da FNM, após sair do corpo ministerial, em 1969, tornou-se membro do conselho de administração da Mercedes-Benz (ALMEIDA, 2014).

Na década de 1970, no entanto, após o processo de aquisições e desnacionalizações, a produção do setor ficou concentrada em um pequeno número de montadoras¹⁴. A emergência do bloco nacionalista capitaneada pela indústria de bens de produção, a partir do governo Geisel, marginalizou o segmento automobilístico do cerne dos investimentos e da formulação das políticas estatais. Porém, o setor automotivo estava longe de estagnar. De forma diversa, esse segmento, que produzia 416.089 veículos em 1970, teve aumento produtivo gradual na década e fechou o ano de 1980 fabricando 1.165.174 unidades, além de empregar 133.683 trabalhadores neste último ano (LUEDEMANN, 2003).

Gráfico 1 - Balança comercial da indústria automobilística brasileira 1967-1989:



Fonte: LUEDEMANN, Marta da Silveira. Transformações na indústria brasileira mundial: o caso do complexo automotivo no Brasil – 1990-2002. São Paulo: USP, 2003. p. 110 (Tese de doutorado em Geografia Humana da USP).

A permanência da atuação da indústria automobilística no Estado restrito pode ser percebida nos benefícios fiscais os quais o segmento passou a usufruir. A partir de 1972, foi criada a Comissão para a Concessão de Incentivos Fiscais e Programas Especiais de Exportação (Befiex), com o intuito de instituir isenções de impostos em insumos e bens de capital importados para incentivar as exportações brasileiras e melhorar o balanço de pagamentos. A Befiex foi configurada com influência das sugestões das grandes montadoras, e seus programas incrementaram as exportações nesse ramo durante a década de 1970, como pode ser verificado no gráfico 1(LUEDEMANN, 2003).

Como resposta ao primeiro choque do petróleo, o governo decidiu instituir o Proálcool, a fim de diminuir as importações do insumo. Em 1979, a assinatura do protocolo de intenções das montadoras com o governo para produzir veículos movidos a álcool, concomitante ao subsídio a esse combustível, aumentou a demanda por automóveis, o que

¹⁴Ford, Volkswagen, Fiat e General Motors passaram a ser as maiores, dominando grande parte do mercado automobilístico brasileiro.

conforma mais uma importante medida governamental de incentivo a esse segmento no período (LUEDEMANN, 2003).

A produção da Volkswagen também aumentou gradativamente na década de 70, tendo sua produção expandida de 202.806 para 475.366 veículos fabricados entre 1970 e 1979, apresentando queda apenas em 1980 (467.974 veículos), com os efeitos do segundo choque do petróleo (LUEDEMANN, 2003). Dessa forma, durante toda a ditadura, a Volkswagen foi a maior montadora no Brasil, e sua grandeza, conforme buscamos realçar, não pode ser desvinculada de toda a dinâmica e relação orgânica do setor automotivo com o Estado.

No caso da Mendes Jr., as relações da empreiteira com o estado de Minas Gerais, em um primeiro momento, foram cruciais para seu crescimento. Estando presente no quadro de técnicos da Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), a empresa participou da construção da usina hidrelétrica de Furnas, o que fez com que a construtora adquirisse experiência nesse tipo de empreendimento (CAMPOS, 2014).

Como as demais grandes empreiteiras brasileiras (Camargo Correa, Odebrecht, Andrade Gutierrez e OAS), a Mendes Jr. esteve vinculada à ditadura e teve seus negócios amplificados nessa fase (CAMPOS, 2014). No momento posterior ao golpe de 1964, a empreiteira manteve relações com militares como Arthur Moura e Mário Andreazza, tendo participação intensa nas obras implementadas por este último, seja quando Ministro dos Transportes (1967-1974), seja do Interior (1979-1985). Como destaca Pedro Campos (2014),

[...] o faturamento da MJ cresceu 26% ao ano entre 1964 e 1973, e a empresa foi responsável pela Transamazônica, com dois trechos e meio dos seus oito da obra, além de ter participado da construção da ponte Rio-Niterói, da Perimetral Norte, da Rio-Santos, da Belém-Brasília e outras. A proximidade com Andreazza levou a MJ a patrocinar a edição da revista *O Empreiteiro* que homenageava o ministro. Na publicação, que escolhia o ministro como o homem de construção do ano de 1972, a empresa estampou a propaganda: “A Mendes Júnior homenageia o homem de construção do ano à sua maneira. Construindo”. Depois, quando da pré-candidatura de Andreazza à presidência da República e do lançamento de seu ambicioso projeto Nordeste, a MJ obteve uma parte dos serviços do empreendimento (CAMPOS, 2014, p. 96).

Além disso, a construção do aeroporto de Confins, do trecho da Ferrovia do Aço e de uma hidrelétrica da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (Chesf) a fizeram figurar entre as três maiores empreiteiras brasileiras na ditadura. A empreiteira também se ramificou no período, tendo como uma de suas principais segmentações o ramo da siderurgia (CAMPOS, 2014).

Contudo, um dos principais destaques na atuação da empreiteira no período autoritário foi sua transnacionalização. Durante as décadas de 1970 e 1980, a empresa atuou na Maurítânia, Argélia, Uruguai, Colômbia, Nigéria e Equador, sendo que seus contratos, em 1985, batiam US\$ 2,7 bilhões e a empresa chegou a figurar, entre 1979 e 1982, entre as 15 maiores multinacionais de engenharia do mundo e a maior do Brasil (CAMPOS, 2014). Todavia, grande parte desse crescimento se deu na operação da empreiteira no Iraque, onde atuou em parceria com a Petrobras e foi responsável pela construção de duas obras monumentais: a ferrovia que ligava Bagdá a Akashat e a descoberta do campo petrolífero de Majnoon.

O último tópico deste estudo, então, irá abordar com mais afinco a parceria brasileira com Bagdá, enfocando a atuação da Mendes Jr. e da Volkswagen junto a Petrobras.

4. Volkswagen, Mendes Jr. e a atuação da Petrobras no Iraque

Devido à crise petrolífera mundial, entre 1970 e 1980 a participação do Oriente Médio nas importações brasileiras saltou de 4,2% para 34%, sendo o petróleo iraquiano o principal item nessas transações. Considerado pelo ex-presidente João Batista Figueiredo como um “grande e bom amigo”, a aproximação brasileira com Saddam Hussein evitou a estagnação energética brasileira (*apud* ATTUCH, 2003).

Um grande feito da Braspetro no Iraque foi a descoberta do campo de Majnoon, no Sul do país, em 1973. A área prospectada pela estatal brasileira tinha capacidade equivalente a 10 bilhões de barris, o que representava cerca de 70 bilhões de dólares (ATTUCH, 2003). Porém, com o acirramento da guerra entre Irã e Iraque, a Braspetro teve de deixar a região, que se localizava na fronteira entre os dois países. Contudo, o Brasil conseguiu negociar indenizações e ressarcir US\$ 300 milhões de gastos nas pesquisas geológicas e também firmou um contrato de 150 mil barris de petróleo por dia por 15 anos.

A Interbrás visou incrementar produtos brasileiros nas relações de compra de petróleo com o Iraque e, para além disso, o governo Saddam Hussein queria modernizar seu país, sendo crucial a instituição e expansão de projetos de infra-estrutura. Desse modo, segundo o próprio Delfim Netto (*apud* ATTUCH, 2003, p. 112), a Mendes Jr. se conformou “como um dos principais pilares” da relação bilateral, sendo um “cartão de visita” do Brasil no Oriente Médio, amparando a sustentação das importações petrolíferas brasileiras.

A obra mais expressiva efetuada pela construtora brasileira no Iraque foi a ferrovia Bagdá-Akashat. Projetada para ter 553 quilômetros de extensão, a escolha pública da empreiteira para efetuar a obra contou com participação de grandes empresas do ramo internacional, como a George Wimpey¹⁵ (ATTUCH, 2003).

O processo de escolha para construção da ferrovia contou com intensa mobilização de membros do Executivo brasileiro, como os contatos pessoais efetuados pelos então ministros de Minas e Energia e de Indústria e Comércio, Shigeaki Ueki e Ângelo Calmon de Sá, respectivamente, além da carta elaborada por Ernesto Geisel, que realçava o histórico de parcerias entre os dois países, como a descoberta do campo de Majnoon (ATTUCH, 2003). Além do preço, fator decisivo para a escolha da empresa para a execução da obra foi seus históricos de construções. Desse modo, Taha Yassim Ramadan, vice-presidente do Iraque, visitou o Brasil para analisar pessoalmente o portfólio da Mendes Jr. e, finalmente, em 2 de outubro de 1978, Bagdá fechou o contrato de US\$ 1,3 bilhão com a construtora. É válido ressaltar que boa parte desses grandes projetos presentes no histórico da empresa se deu devido a seu vínculo estrito com o Estado, como buscamos realçar brevemente na seção anterior.

A construção da ferrovia reuniu 15 mil homens das mais diversas nacionalidades, como turcos, indianos e paquistaneses. Muitos dos trabalhadores brasileiros levaram suas famílias e os acampamentos da Mendes Jr. tinham o porte de uma cidade, com colégio particular, 50 mil refeições diárias com os mais diversos cardápios e TV a cabo. A execução da obra impulsionou outros ramos da economia, como a multinacional Mercedes-Benz, que vendeu mil caminhões para a empreiteira já no início das obras (ATTUCH, 2003).

O vínculo da Volkswagen do Brasil com o Iraque e a Petrobras, por sua vez, foi permeado por uma complexa operação que envolvia um elaborado sistema logístico, compra de petróleo e venda de automóveis. Em um contexto de escassez de divisas e necessidade de suprimento do mercado petrolífero brasileiro, Wolfgang Sauer, então presidente da empresa automotiva, decidiu comprar o petróleo iraquiano de modo a vendê-lo para a Petrobras, em uma operação com moeda interna, e o pagamento do insumo para Bagdá seria efetuado com automóveis fabricados pela montadora (ATTUCH, 2003).

Com intensa articulação da Interbrás e de Paulo Tarso Flecha e Lima, então chefe do Dpto. de Promoção Comercial do Itamaraty, a Volkswagen conseguiu superar a resiliência do

¹⁵ A empreiteira britânica George Wimpey chegou a oferecer 100 milhões de dólares para que o governo iraquiano a escolhesse para executar as obras da ferrovia Bagdá-Akashat. Ela foi imediatamente desclassificada (ATTUCH, 2003).

governo iraquiano após elaborar minucioso projeto para comprovar a seguridade de transportar petróleo por 1,2 mil quilômetros, em um percurso que atravessava o Iraque e adentrava a Jordânia. Considerada pelo próprio Wolfgang Sauer, em entrevista para Leonardo Attuch (2003), como o maior contrato mundial de exportação de automóvel da indústria automobilística, o negócio consistiu na venda de 170 mil Passats para o país de Saddam, e rendeu US\$ 1,7 bilhão para a montadora. É válido ressaltar, que a operação logística envolveu também a compra de 3 mil veículos pesados, que foram fornecidos pela Mercedes-Benz.

No estudo de Flávia Silva (2014), sobre a internacionalização da Petrobras na década de 1970, pode-se notar dois argumentos centrais presentes em sua crítica em relação à atuação externa da estatal. O primeiro deles é a forma subordinada pela qual se deu a inserção brasileira no ramo da exploração e produção de petróleo em âmbito internacional, uma vez que a maior parte dos serviços era prestada por meio de associações com as grandes multinacionais do ramo da energia (Shell, ExxonMobil, Texaco, British Petroleum e outras).

O outro quesito consiste no intuito brasileiro de adquirir experiência em contratos de risco através da atuação da Braspetro. De modo geral, nesse tipo de negócio a empresa ou consórcio não residente, que possui o *know-how*, assume os riscos e arca com todos os custos de prospecção e exploração, recebendo parte do lucro do campo caso vingue a empreitada. A maioria dos contratos da Petrobras no exterior, nos anos de 1970 e 1980, foram fechados nessa modalidade, foram os casos dos trabalhos empreendidos no Egito, Líbia e Iraque (VOIGT, 2010).

Flávia Silva (2014) realça a internalização dos contratos de risco, momento em que Ernesto Geisel resolveu instituir essa modalidade sob a justificativa de que o Brasil demoraria muito para aumentar sua produção interna sem a atuação de empresas estrangeiras. Em 1976, então, sobre críticas e embates entre o governo e os nacionalistas que arguíam que a iniciativa feria o princípio do monopólio, foi fechado o primeiro contrato de risco brasileiro, com a British Petroleum (SILVA, 2014). Como destaca Márcio Voigt (2010), as operações desse tipo foram mantidas até 1985 e as principais avaliações em torno de sua efetividade foram negativas, com baixo impacto, sendo a Petrobras a grande responsável pela abertura dos caminhos rumo a autossuficiência.

Por fim, Flávia Silva (2014) conclui que a atuação externa da Petrobras no período abordado serviu para privilegiar as multinacionais petrolíferas em detrimento dos esforços da estatal para a busca de sua autossuficiência. Ela ressalta, ainda, se remetendo ao atrelamento entre a Braspetro e as empresas multinacionais atuantes no Brasil - como a Volkswagen -, que os intentos da petrolífera brasileira nesse sentido serviram para privilegiar o capital estrangeiro. Concordando com a autora, visamos realçar ao longo deste estudo uma característica que pode servir de adendo a tais afirmativas, qual seja: a consideração de que o histórico do vínculo entre tais empresas e o Estado restrito é fator elementar para compreender a universalização¹⁶ e validação de seus interesses particulares sobre outros segmentos sociais; a relação das empresas aqui abordadas no processo de internacionalização da Petrobras pode ser vista como um caso que expõe essa prevalência, realçando o estrito entrelaçamento dessas corporações com a ditadura civil-militar brasileira.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi abordar a mobilização e interação de frações da burguesia com a ditadura civil-militar, considerando a heterogeneidade do empresariado, suas organizações, fricções e a luta pela prevalência de seus anseios no Estado restrito, em particular no processo de internacionalização da Petrobras. Observou-se que a atuação estrangeira da estatal através da Braspetro e sua *trading company*, Interbrás, beneficiou segmentos específicos da classe dominante, concentrando os proventos de tal iniciativa em setores privados já bem consolidados no país.

¹⁶Sobre esse aspecto, é válido destacar que Murillo Mendes, empresário e presidente da Mendes Jr., em entrevista a Leonardo Attuch, ressaltou que “a situação da Mendes Jr. [em sua relação com o Iraque] tornou-se uma questão de *interesse nacional* em razão da crise cambial brasileira relacionada com a crise do petróleo” (ATTUCH, 2003, p. 123, grifo nosso).

Através de nossa explanação, realçamos características que vão de encontro às afirmações de que o empresariado exerceu papel secundário e subserviente à ditadura civil-militar brasileira. De forma distinta, as empresas estiveram o tempo todo afinadas com o Estado e determinaram grande parte não apenas das políticas econômicas, mas também os demais prismas que conformaram a ditadura, como as políticas externa e trabalhista, bem como o exercício e aprimoramento das práticas de repressão e tortura¹⁷. Em relação a este último aspecto, é válido ressaltar que cooperação ativa de empresas privadas em casos de violação de direitos humanos na ditadura não foi uma especificidade do Brasil, de forma diversa, foi uma constante em todas as ditaduras latino-americanas. Como ressalta Victoria Basualdo (2016), em livro por ela organizado que reúne uma série de fontes que explanam a responsabilidade empresarial em crimes de lesa humanidade durante a ditadura Argentina, a utilização sistematizada do terror teve como objetivo não apenas combater a dissidência política radicalizada, mas também disciplinar a classe trabalhadora (BASUALDO, 2016).

No decorrer do estudo, buscou-se expor que a internacionalização da Petrobras serviu não apenas para auxiliar o abastecimento petrolífero brasileiro, mas também para beneficiar determinados segmentos empresariais. Em linhas gerais, nos concentramos em explicitar algumas características acerca da interação entre empresariado e Estado na ditadura, para posteriormente explicar o vínculo do segmento automobilístico e da Mendes Jr. no processo de internacionalização da Petrobras.

Na primeira seção, foi enfatizada a hegemonia do capital multinacional e associado na primeira fase do período autoritário (1964-1974), com prevalência do setor de bens de consumo duráveis e articulação empresarial com o Estado nos casos de desnacionalização de empresas, sobretudo as que atuavam no ramo automobilístico. Posto isto, foi abordado o avanço da indústria de bens de capital durante os governos de Ernesto Geisel e a conformação de sua proeminência através de atuação direta em entidades específicas do Estado restrito.

No tópico seguinte, realçamos alguns fatores que incentivaram o início da internacionalização da Petrobras, nos anos de 1970, e, mais especificamente, a aproximação da estatal com o Iraque, sendo os principais quesitos de destaque para essa motivação, segundo a retórica governamental, a escassez petrolífera, a necessidade de melhorar os resultados do balanço de pagamentos e o intuito de ganhar experiência em contratos *joint venture*. Em seguida, foi abordada a conformação e vínculo com o Estado de duas grandes beneficiadas nesse processo de atuação externa da Petrobras: a Volkswagen e a empreiteira Mendes Jr. Buscamos realçar que essas frações da classe dominante não cumpriram papel marginal na garantia de seus interesses junto ao Estado, ou seja, a hegemonia da indústria de base na década de 1970 não significou o ocaso de outras frações da classe dominante proeminentes num período anterior.

Por fim, terminamos o trabalho elencando com mais afinco a atuação da Volkswagen e da Mendes Jr no processo de internacionalização da Petrobras no Iraque, de modo a ressaltar os benefícios apreendidos por essas corporações. Dentre os privilégios adquiridos por tais empresas, pode-se destacar o firmamento do maior contrato internacional de uma indústria automobilística até então – a exportação de 170 mil Passats pela Volkswagen para o país de Saddam Hussein, transação que rendeu US\$ 1,7 bilhão – e a construção da ferrovia que ligou Bagdá a Akashat, que proporcionou US\$ 1,3 bilhão para a empreiteira Mendes Jr.

Visamos ressaltar, em suma, que a configuração da política externa, como arguem Milani e Pinheiro (2013), não pode ser empreendida sem esquadrihar a interação política, participação e influência de diversos entes sociais que a influenciam e a determinam. Para além disso, o engrandecimento das empresas aqui abordadas por conta de sua inserção no Estado, conforme realçado na segunda parte do artigo, se configura como importante elemento para compreender sua atuação em âmbito internacional, pois afinal, foi essa dinâmica conformada

¹⁷ Para um relato detalhado acerca da ativa participação dos mais diversos ramos do empresariado no golpe e na Operação Bandeirantes (OBAN), ver artigo “A ditadura militar e o capitalismo brasileiro”, de Demian Melo et al, disponível no site da Comissão Mais Verdade do Rio de Janeiro: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/Mello-D-A-ditadura-militar-e-o-capitalismo-brasileiro-Mais-Verdade.pdf>. Acesso em 15/04/2018.

em âmbito doméstico que as capacitou para exportarem seus serviços e produtos para outros países. Por fim, o atrelamento da indústria de bens de consumo durável e da Mendes Jr. no processo de internacionalização da Petrobras não pode ser concebido sem considerar as fricções entre o próprio empresariado e, principalmente, a cooperação, atuação e relação orgânica deste com o Estado restrito durante a ditadura civil-militar brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Michel W. Z. Indústria automobilística e poder: uma breve análise dos casos FNM e IBAP. *Revista Acervo*, vol. 27, n.1, jan-jun 2014.
- ATTUCH, Leonardo. *Saddam, Amigo do Brasil: a história secreta da conexão Bagdá*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.
- BANDEIRA, Moniz. *Carteis e desnacionalização: a experiência brasileira, 1964-1974*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- BASUALDO, Victoria (org.). *Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado*. Buenos Aires: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2016.
- BIANCHI, Álvaro. *O Ministério dos Industriais: A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas: Unicamp, 2004 (Tese de doutorado em Ciências Sociais da Unicamp).
- BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *ABDIB e a política industrial do governo Geisel (1974-1979)*. Texto de discussão apresentado ao Polis. Niterói: UFF, 2007.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Eduff, 2014.
- CONTI, Bruno de. "A disciplina imposta à periferia: do FMI às agências de rating". In: BELLUZZO, Luíz G. M.; BASTOS, Pedro P. Z. (orgs.). *Austeridade para quem? Balanço e perspectiva do governo Dilma Rousseff*. São Paulo: Carta Maior, 2015.
- COSTA, Armando Dalla; PESALLI, Huáscar Fialho. "A trajetória internacional da Petrobras na indústria de petróleo e derivados". In: *Revista História Econômica & História de Empresas*, Vol. XII, nº 1, 2009.
- CRUZ, Sebastião Velasco e. *Empresariado e Estado na Transição Brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas/São Paulo: EdUnicamp/Fapesp, 1995.
- DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobras*. Rio de Janeiro: CPDOC: PETROBRAS, 1993.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010.
- FUSER, Igor. *Energia e Relações internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- GARCIA, Ana E. Saggiaro. *A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012 (Tese de doutorado em Relações Internacionais da PUC-Rio).
- GRAMSCI, Antônio. Caderno 13 (1932-4): Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- JORNAL O Estado de S. Paulo (OESP). Notas e Informações. 07 de abril de 1972, p. 3.
- LUEDEMANN, Marta da Silveira. *Transformações na indústria brasileira mundial: o caso do complexo automotivo no Brasil – 1990-2002*. São Paulo: USP, 2003 (Tese de doutorado em Geografia Humana da USP).
- MARGALHO, Maurício G.. "Klabin Irmãos & Cia: expansão do capital no Brasil até a internacionalização na Argentina (1889-1997)". In: *Anais do Tercer Congreso Latinoamericano de Historia Económica*. San Carlo de Bariloche: Universidad Nacional de Comahue, 2012.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. In: *Revista Marx e o Marxismo*. v.2 ,nº 2, jan/jul. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.

MILANI, Carlos, R. R.; PINHEIRO, Leticia. Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua caracterização como Política Pública. In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 35, nº 1, janeiro/junho 2013.

OLIVEIRA, Alexandre L. "O BNDES como ator da política externa brasileira no governo Lula (2003-2010)". In: *Revista brasileira de geografia econômica - Espaço e Economia*, Rio de Janeiro, n. 8, ano IV, 2016.

POÇAS, Bernardo Galheiro. *1964-1979: a luta pela hegemonia na petroquímica brasileira*. Niterói: UFF, 2013 (Dissertação de mestrado em História da UFF).

REGINATTO, Ana Carolina. *A Ditadura Empresarial-militar e as Mineradoras: as relações entre os grandes grupos econômicos da mineração e o regime ditatorial brasileiro (1964-1988)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014 (Tese de doutorado em História da UFRJ).

REGINATTO, Ana Carolina. "Estado Ampliado e Intelectual Orgânico: apontamentos gramscianos". In: *Anais do Colóquio Internacional Marx e Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente*. Niterói: UFF, 2015.

SANTANA, Carlos Ribeiro. "O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática". In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 49 (2), 2008.

SILVA, Flávia. "Breves notas sobre o processo de internacionalização da Petrobrás (1971-1979)". In: *Anais do Congresso da ABPHE*. Niterói: UFF, 2014.

SILVA, Mariene Valadares da. "Políticas industriais e interesses empresariais: o II PND (1974-1979)". In: *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de empresas*. Caxambu: Unincor, 2003.

VOIGT, Márcio Roberto. *O impacto dos choques petrolíferos na diplomacia brasileira (1969-1985)*. Porto Alegre: UFRGS, 2010 (Tese de doutorado em Ciência Política da UFRGS).